

- 2. PL 60/94, do Executivo
Dispõe sobre o estabelecimento da política integrada de habitação voltada à população de baixa renda, autoriza a Instituição, junto a Uma Metropolitana de Habitação de S. Paulo - COMAB, do Fundo Municipal de Habitação, criar o Conselho do fundo Municipal de Habitação.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 3. PL 308/91, do Vereador Osvaldo Sanchez (PPR)
Permite o funcionamento de microempresas e empresas de pequeno porte na residência de seus titulares.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 4. PDL 030/94, do Vereador Vital Molauco (PCDB)
Concede o Título de Cidadã Paulistana à Sra. Maria do Carmo Gonçalves.
Fase: Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, de 2/3 dos membros da Câmara.
- 5. PL 181/93, do Vereador Adriano Olego (PT)
Altera a Lei no. 10.954, de 28 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a coleta seletiva de lixo industrial, comercial e residencial.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 6. PL 136/93, do Ver. José Índio F. do Nascimento (PMDB)
Cria o Programa Integrado do Boia de Estudo de Casa no Superior Fibras, através de incentivo fiscal.
Fase: Discussão e votação únicas do Parecer no. 1292/93, da Com. de Constituição e Justiça (ILLEGAL), UNDE - RECURSO 06/93).
- 7. PL 639/93, do Vereador Márcio Arruda (PMDB)
Concede redução da alíquota do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), incidente sobre o serviço de exibição cinematográfica.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 8. PL 336/93, do Vereador Aurélio Nomura (PI)
Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos educacionais, no âmbito do Município de São Paulo.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 9. PL 394/93, do Vereador Hanna Ghorib (PPR)
Dispõe sobre a permissão de uso das áreas situadas nos baixos dos viadutos e pontes.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 10. PL 461/93, do Vereador Henrique Pacheco (PT)
Dispõe sobre o disciplinamento para ingresso nos Ônibus da UNIC e empresas permissionárias do transporte coletivo na cidade de São Paulo, quando celebrados nos pontos finais ou iniciais em atividade.
Fase: 2a. do subst. do autor.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 11. PL 456/93, do Vereador Wadih Mutran (PPR)
Dispõe sobre a instalação de ambulatórios médicos nas escolas de 1.º grau e nas creches do Município para atender de imediato os constantes acidentes que ocorrem com as crianças.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 12. PL 471/93, do Vereador Gilberto Kassab (PL)
Autoriza o Executivo a alterar a denominação da Rua Arthur Orlando, na Vila Nova Jaguará.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 13. PL 625/93, do Vereador Jooji Mato (PMDB)
Dispõe sobre a criação de Oficinas Abertas do trabalho para ensino e profissionalização de deficientes físicos.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 14. PL 613/93, do Vereador Antonio Falva (PL)
Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção e manutenção de vestiários nos conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura (COMAB) a população de baixa renda.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 15. PL 440/93, do Vereador Márcio Arruda (PMDB)
Estabelece isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para as escolas e creches dirigidas à educação de alunos excepcionais.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 16. PL 669/93, do Vereador Alberto Calvo (PSB)
Dispõe sobre a isenção de pagamento de passagem no transporte coletivo urbano aos aposentados que percebem até dois salários mínimos.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 17. PL 705/94, do Vereador Vital Molauco (PCDB)
Dispõe sobre o artigo 10. da Lei 11.384/93 (repasso de verbas).
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 18. PL 789/93, do Vereador Alberto Calvo (PSB)
Obriga o envio de telegramas aos candidatos aprovados em concurso público, realizado pela Administração Direta e Indireta, independente de publicação no Diário Oficial.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 19. PLO 015/93, da Vereadora Aldalza Spasali (PT)
Acrescenta inciso ao artigo 41 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, de 2/3 dos membros da Câmara.
- 20. PLO 016/93, do Executivo
Vê nova redação ao artigo 108 da Lei Orgânica do Município de São Paulo; revoga a Lei no. 4 de 07 de janeiro de 1991 (Contratações por tempo determinado).
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, de 2/3 dos membros da Câmara.
- 21. PL 002/93, do Vereador Nelo Rodolfo (PMDB)
Dispõe sobre a concessão de alvará de funcionamento para casas de diversões eletrônicas (fliperzeas), e altera a redação do art. 3 da Lei 8764, de 06 de setembro de 1979, com redação dada pela Lei 7906, de 14 de junho de 1995.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.

- 22. PL 718/93, do Vereador Walter Feldman (PSDB)
Dispõe sobre feiras de Artes Plásticas e Artesanato, no âmbito do Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 23. PL 208/93, do Vereador Jooji Mato (PMDB)
Torna obrigatória a identificação visual da empresa ou proprietário de caminhões-guinchos que circulam pelas vias do município.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 24. PL 292/93, do Vereador Maurício Faria (PI)
Dispõe sobre as obrigações do Poder Público Municipal e dos proprietários ou incorporadores de edificações, no que se refere ao controle da produção sonora do Município de São Paulo.
Fase: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 25. PL 189/93, do Vereador Faria Lima (PMDB)
Dispõe sobre o livre acesso do Vereador, no exercício do mandato, nas repartições públicas municipais.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 26. PL 609/93, do Vereador Alberto Calvo (PSB)
Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal de São Paulo de recolher a população de rua que se encontra no Centro da Cidade de São Paulo, no período de maio a setembro.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 27. PL 103/93, do Vereador Devanir Ribetto (PI)
Autoriza o Executivo a criar a Biblioteca Pública Municipal do Parque São Lucas.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 28. PL 120/93, do Vereador Faria Lima (PMDB)
Altera o anexo I da Lei 10.406, de 02 de dezembro de 1987, que substituiu os Anexos I e II da Lei 10.278, de 06 de abril de 1987, que instituiu a Comissão de Unidade Civil Metropolitana.
Fase: Discussão e votação únicas do Parecer n. 198/93 da Comissão de Constituição e Justiça (ILLEGALIDADE - RECURSO 31/93).
- 29. PL 614/93, do Vereador Vicente Viciosa (PPR)
Cria Clube Desportivo Municipal - COM no Bris.
Fase: Discussão e votação únicas dos Pareceres nos 1798/93, da Com. de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, 1923/93, da Com. de Educação, Cultura e Esportes e 2011/93, da Com. de Finanças e Orçamento (CONTABILIOS).
- 30. PL 169/93, do Ver. José Índio F. do Nascimento (PMDB)
Estabelece nova sistemática para regularização dos processos indeferidos, referentes aos termos do art. 3 da Lei 10.199/86.
Fase da discussão: 2a. do subst. do autor.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 31. PL 903/94, do Vereador José Mentor (PT)
Obriga os cinemas, cineclubes, teatros, casas de espetáculo, estádios de futebol e ginásios de esportes e demais estabelecimentos congêneres a manter intacta a sua lotação com lugares numerados.
Fase da discussão: 2a. do substitutivo da Com. de Constituição e Justiça.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 32. PL 133/93, do Vereador Nelo Rodolfo (PMDB)
Proíbe que as drogarias, farmácias e similares façam curativos e apliquem injeções sem o uso de luvas descartáveis no Município de São Paulo.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Com. de Atividade Econômica.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 33. PL 098/86, do Vereador Mário Nuda (PIB)
Dispõe sobre o enquadramento na Zona Z3 da área delimitada pelas Ruas Baltazar Brum, Ilíngua e Santo Henrique e Corrego Franquinho, Vila Rê.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, de 2/3 dos membros da Câmara.
- 34. PL 607/93, do Vereador Faria Lima (PMDB)
Obriga o Executivo a conceder isenção do IPTU incidente sobre o patrimônio da Companhia do Metropolitanano de São Paulo.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 35. PL 030/93, do Vereador Manoel Sala (PPR)
Dispõe sobre a localização de feiras livres.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 36. PL 658/93, do Vereador Emilio Meneghini (PIB)
Dispõe sobre a implantação de hortas e pomares escolares na rede de ensino do Município e sobre a inclusão de noções agrícolas elementares no currículo das escolas municipais de 1.º grau.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
Há substitutivo da Com. de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e de Finanças e Orçamento.
- 37. PL 252/93, do Vereador Guilherme Bianetti (PMDB)
Dispõe sobre incentivo à produção literária.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
Há substitutivos da Com. de Constituição e Justiça e de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.
- 38. PL 036/92, do Vereador Almir Guimarães (PIB)
Institui, no Município de São Paulo, o "Dia do Colunista Social".
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 39. PL 673/93, do Vereador Murillo A. Alves (PMDB)
Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança pelos ocupantes dos bancos dianteiros dos automóveis que circulam pelo Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 40. PL 684/93, do Vereador Wadih Mutran (PPR)
Dispõe sobre a obrigatoriedade do acompanhamento constante de 2 (duas) policiais da Guarda Civil Metropolitana aos Agentes Fiscais do Município de São Paulo.
Fase: Discussão e votação únicas do Parecer no. 1374/94, da Com. de Constituição e Justiça (ILLEGALIDADE - RECURSO 9/94).
- 41. PL 717/93, do Vereador Antônio Carlos Caruso (PMDB)
Consolida a legislação que dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de seguro contra roubo nos "shopping-centers", lojas de departamento, supermercados, com número de vagas superior a 30 (trinta) veículos.
Fase da discussão: 2a. do subst. da Com. de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.

- 42. PL 688/93, do Vereador Cosme Lopes (PPR)
Permite a condução de taxi de propriedade de autorias profissionais autônomas por preposto.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 43. PL 432/93, do Vereador Ulmo Paisda (PMDB)
Dispõe sobre a criação de terminal rodoviário destinado exclusivamente a excursões de turismo nacionais e internacionais.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
Há substitutivo da Com. de Constituição e Justiça.
- 44. PL 429/93, do Vereador Cosme Lopes (PPR)
Dispõe sobre a permissão de fabricação e/ou comercialização no âmbito do Município de São Paulo, somente de armas de brinquedo que possuam cores e formatos que distingam de armas verdadeiras.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
Há substitutivo da Com. de Constituição e Justiça.
- 45. PL 348/93, do Vereador Márcio Arruda (PMDB)
Introduz estudos básicos de Direitos do Consumidor nas escolas municipais de 1.º grau, com conteúdo curricular.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
Há substitutivo da Com. de Constituição e Justiça.
- 46. PL 011/91, do Vereador Chico Whillaker (PI)
Denomina "Deputado Rubens Paiva", a dependência da Câmara Municipal de São Paulo, hoje denominada "Anexo 00".
Fase da discussão: Discussão e votação únicas.
- 47. PL 019/93, do Vereador Ider Jofre (PSDB)
Dispõe sobre a denominação do Centro Médico da Câmara Municipal de São Paulo para Dr. Euryclides de Jesus Zerbin.
Fase: Discussão e votação únicas.
- 48. PDL 046/93, do Vereador Brasil Vito (PIB)
Dispõe sobre a outorga de Medalha Anchieta e Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo ao Sr. Raulo Marques Lobato.
Fase: Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, de 2/3 dos membros da Câmara.
- 49. RECURSO 104/93, interposto pelo Ver. Arnaldo Madeira (PSDB), que recorre da decisão do Presidente quanto ao nome de maioria absoluta para aprovação de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município.
Fase: Discussão e votação únicas.
- 50. RECURSO 107/94, interposto pelo Ver. Arnaldo Madeira (PSDB), que recorre da decisão do Presidente quanto a forma de votação para preenchimento de cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município.
Fase: Discussão e votação únicas.
- 51. PL 739/93, do Executivo
Autoriza o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM a alienar imóveis destinados à moradia própria de seus segurados e pensionistas.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 52. PL 003/93, do Vereador Arselino Iatto (PT)
Autoriza o Executivo a isentar do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano os imóveis de propriedade e onde residam pensionistas de baixa renda que recebem até três salários mínimos mensais.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- 53. PL 304/92, do Vereador Marcos Mendonça (PSDB)
Estabelece normas de acesso aos veículos coletivos do Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.
Há substitutivo da Comissão de Atividade Econômica.
- 54. PM 027/94, do Vereador Paulo Kubayashi (PSDB)
Concede ao Senhor Yusube Yoshida o título de Cidadão Paulistano.
Fase: Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, de 2/3 dos membros da Câmara.
- 55. PL 866/93, do Executivo
Dispõe sobre a reorganização parcial do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, altera disposições da Lei 9.167/80, os anexos VI e VII da Lei 10430/80.
Fase da discussão: 2a.
Aprovação mediante voto nominal, favorável, da maioria absoluta dos membros da Câmara.

101a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 11a. LEGISLATIVA, 2a. SESSÃO LEGISLATIVA, A SER REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1994, ÀS 05 A 1001. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

URDEM DO DIA
Serão observados os itens remanescentes da pauta da 100a. Sessão Extraordinária.

RESOLUÇÃO Nº 02/94
(Projeto de Resolução nº 03/94)
(Mesa da Câmara)

Dispõe sobre a instituição de Tabelas de Referências de vencimentos e salários, a classificação dos cargos e funções da Secretaria da Câmara, e de outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO resolve:

Art. 1º - Os atuais cargos do OPL e demais funções da Secretaria da Câmara ficam com as denominações e referências de vencimentos alteradas na forma do Anexo I, parte integrante desta resolução, observada a correspondência de nomenclatura nele estabelecida, mantidos, na nova situação, o grau de que detinham na situação anterior.

Art. 2º - Ficam instituídas as Tabelas de Referência A, B, C, D e E, com valores equivalentes aos que foram fixados em lei para as correspondências do Quadro dos Profissionais da Administração - OPA.

Parágrafo único - Não havendo qualquer indicação em contrário, entende-se que as referências salariais citadas nesta resolução são as incluídas nas Tabelas A, C e E.

Art. 3º - Ficam absorvidas na Escala de Padrões de Vencimentos de que trata o artigo 1º desta resolução os seguintes benefícios:

I - o valor relativo à gratificação atribuída pela Lei nº 9.788, de 2 de maio de 1984, e legislação subsequentemente;

II - o valor relativo à gratificação devida pelo sujeito à Jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho - M-40, instituída pela Lei nº 8.807, de 24 de outubro de 1978, e legislação subsequentemente;

III - o valor relativo à Gratificação de Apoio aos Serviços de Saúde - G.A.S.S., instituída pela Lei nº 10.046, de 28 de junho de 1990 e legislação subsequentemente;

IV - o valor relativo à Gratificação pelo Acompanhamento e Controle Permanente da Execução Orçamentária - OCO, instituída pela Lei nº 10.187, de 12 de novembro de 1984 e legislação subsequentemente;

V - o valor devido em razão de sujeição ao Regime de Dedicção Profissional Exclusiva - RDEPE, previsto pela Lei nº 8.215, de 7 de março de 1975 e legislação subsequentemente;

VI - o valor relativo à gratificação de função prevista na Lei nº 10.430, de 29 de fevereiro de 1988, com exceção da atribuída, aos cargos de provimento em